

C.SINPAF n.º 074/2026

Brasília/DF, 19 de agosto de 2026

À Senhora
Suênia Cíbele Ramos de Almeida
Presidente da MPNE

Assunto: Formalização das pautas prioritárias do SINPAF para 2026.

Senhora Presidente e Membros da Mesa Permanente de Negociação,

Cumprimentando-os cordialmente, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF) vem, por meio deste instrumento, manifestar seu firme reconhecimento ao papel estratégico, consultivo e propositivo que a **Mesa Permanente de Negociação Embrapa/SINPAF (MPNE)** desempenha na consolidação do diálogo democrático e institucional. Como estabelecido em seu Regimento Interno, este fórum fundamenta-se na ética, boa-fé, transparência e respeito à representatividade sindical, constituindo-se como instrumento indispensável para o aperfeiçoamento das relações trabalhistas e a mediação de convergências em benefício dos trabalhadores e da pesquisa agropecuária nacional.

Fazemos referência, de forma especial, à **Reunião Ordinária da MPNE realizada em 11 de agosto de 2026**, oportunidade em que se registrou o empenho do colegiado na condução das pautas regimentais. Destacamos a pactuação do calendário de reuniões mensais ordinárias, bem como o compromisso do colegiado na revisão final das contribuições ao Regimento Interno da MPNE, assegurando segurança jurídica e previsibilidade aos trabalhos conforme os ritos e prazos regimentais.

Na referida ocasião, no âmbito do Planejamento para 2026, o SINPAF apresentou formalmente suas quatro pautas prioritárias para deliberação no âmbito da MPNE. Ratificamos abaixo tais prioridades, com vistas ao seu regular processamento e encaminhamento aos setores competentes:

Pautas Prioritárias do SINPAF para o Planejamento 2026:

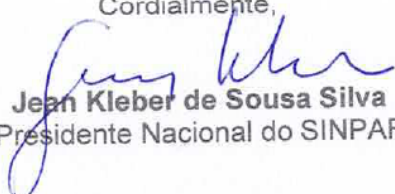
1. **Processo de Premiação:** Processo que já estava consolidado e foi rompido abruptamente, após posicionamento da justiça favorável às trabalhadoras e trabalhadores entendemos como urgente seu retorno. Além disso, precisamos construir coletivamente soluções para o passivo que segue no judiciário;
2. **Avaliação e Promoção dos Empregados Cedidos:** Estabelecimento de diretrizes equitativas de avaliação de desempenho e progressão funcional para os trabalhadores em situação de cessão funcional;
3. **Tratamento dos Não Optantes do PCE:** Construção de solução equânime para atender às demandas históricas e pendências funcionais dos empregados não optantes do Plano de Cargos e Empregos;
4. **Norma de Teletrabalho para Novos Empregados:** Definição de normatização inclusiva e atualizada para a regulação do regime de teletrabalho aplicável de forma ampla, mas principalmente aos novos ingressantes do quadro efetivo.

Além das demandas citadas acima, temos várias pautas de nossa categoria que precisamos aprofundar as discussões, tais como: reconhecimento de elevação de escolaridade, revisão do Plano de Carreiras da Embrapa – PCE, fortalecimento da Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual – CPPCAM, acessibilidade nas Unidades da Embrapa, folga mensal em unidades distantes dos centros urbanos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar o compromisso com os prazos e procedimentos previstos no Regimento Interno da MPNE, colocando-nos no aguardo das pautas a serem encaminhadas pela Embrapa para a próxima reunião ordinária, com antecedência de dez dias úteis, bem como do posicionamento formal das instâncias superiores acerca das proposições acolhidas pelo colegiado.

Renovando nossos protestos de elevada estima e consideração, colocamo-nos à disposição para o prosseguimento das negociações no âmbito desta Mesa.

Cordialmente,



Jean Kleber de Sousa Silva
Presidente Nacional do SINPAF